



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Pereira, Cícero; Camino, Leoncio  
Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e Ideologia Política em Estudantes  
Universitários de João Pessoa  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 3, 2003, pp. 447-460  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816304>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa

Cícero Pereira<sup>1,2</sup>

Universidade Católica de Goiás

Leoncio Camino

Universidade Federal da Paraíba

### Resumo

Este artigo analisa as representações sociais que estudantes universitários têm do envolvimento nos Direitos Humanos e dessas representações com o posicionamento político dos estudantes. Um estudo realizado com 400 universitários de João Pessoa revela que a representação do envolvimento nos Direitos Humanos é analisável em 4 dimensões: pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto. De um modo geral, os estudantes consideram o envolvimento concreto nos Direitos Humanos é superior ao do governo brasileiro, mas julgam, na ordem inversa, que a aplicação desses Direitos é de responsabilidade do governo. Verifica-se também uma relação positiva entre o posicionamento político dos estudantes e o envolvimento com os Direitos Humanos. Finalmente, no que concerne aos partidos políticos, observa-se que a simpatia pelo PMDB relaciona-se positivamente com a crença de que o governo brasileiro se preocupa com os Direitos Humanos, enquanto a simpatia pelo PT relaciona-se negativamente com essa crença.

**Palavras-chave:** Representações sociais; direitos humanos; política.

### Social Representations, Human Rights Involvement and political ideology in University Students

### Abstract

This paper analyses the university students' social representations of human rights involvement and the relationship between these representations with the students' political positioning. A study carried out with 400 students of João Pessoa reveals that the representation of human rights involvement can be analyzed from 4 dimensions: personal-concrete, personal-abstract and governmental-concrete. On the whole, students regard their real involvement in Human Rights as superior to the Brazilian government involvement. However, in the abstract order of how it should be, they consider that the government responsibility. It is also shown that there is a positive relationship between students' political positioning and human rights involvement. Finally, as far as political parties are concerned, it is observed that political sympathy for the PMDB is positively related with the belief that the Brazilian government is really concerned with Human Rights, whereas sympathy for the PT has negative correlation with that belief.

**Keywords:** Social representations; human rights; political ideology.

Após mais de meio século de vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), os meios de comunicação mostram, às vezes dramaticamente, esses direitos sendo violados. Exemplos dessa situação são explicitados nas estatísticas governamentais, que indicam que as condições de pobreza no mundo estão aumentando

minorias sociais estão submetidas a discriminação e as consequências psicológicas dessas situações. Pesquisas desenvolvidas na Europa e no Brasil indicam que a tolerância em relação a essas situações nas últimas décadas (Halma, 1998) tem sido uma resposta a essa intolerância

Desse modo, é importante entender o desenvolvimento do sentimento de responsabilidade com os Direitos Humanos. Mas quem é o responsável pela aplicação desses direitos? O Estado ou o indivíduo? Em outras palavras, a quem é atribuída a responsabilidade, ou como é representada essa responsabilidade? Diversos ramos do saber humano (Ex.: a Filosofia, as Ciências Políticas, o Direito, etc) procuram responder a essas perguntas. Mas o que interessa saber aqui é o que pensa o cidadão comum. A partir da perspectiva de Moscovici (1976) sobre o fato das representações sociais serem transformações dos conhecimentos científicos, filosóficos e ideológicos, pode-se perguntar, especificamente, como o senso comum representa o seu envolvimento e o do governo nos Direitos Humanos. Este artigo analisa, portanto, as representações que universitários têm do seu próprio envolvimento, assim como o do governo brasileiro, na aplicação desses direitos, e a relação dessas representações com o posicionamento político desses estudantes.

### **As Representações Sociais**

As representações sociais traduzem o pensamento do senso comum uma vez que descrevem as transformações que os diversos grupos sociais fazem das teorias filosóficas e científicas dominantes nas sociedades contemporâneas (Moscovici, 1976). Duas características fundamentais devem ser assinaladas nesse processo. Primeiro, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento particular das sociedades industriais e, portanto, são irreduzíveis a qualquer outra forma de conhecimento. Embora tenham relações estreitas com a ideologia, a ciência e o mito, constituem um campo próprio do conhecimento humano. De fato, elas são apropriações que as sociedades de massa fazem dos conhecimentos produzidos pela ideologia, pela ciência e pelo mito, mantendo a heterogeneidade e o dinamismo próprios das comunicações dessas sociedades. Essas características diferenciam as representações sociais das representações coletivas (Durkheim, 1898), que se apresentam como conhecimentos homogêneos e

tornam essas relações estáveis e eficazes” (p. 48). Essa relação complexa que as Representações Sociais propõe entre estrutura e comportamento social a diferencia das teorias que consideram os mediadores sociais do comportamento. A teoria não nega esses mediadores, como o funcionalismo, mas considera que esses conceitos não são adequados à realidade, mas elementos próprios da construção social da realidade. É nessas condições que as representações sociais não apenas guiam o comportamento, mas também a função das atitudes na Psicologia Social. Elas constroem o repertório com as possibilidades desse comportamento, onde o sujeito não apenas se adapta, mas a constrói (Farr, 1991).

A formação das representações sociais envolve dois processos: objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo em que conceitos abstratos são transformados em realidades concretas. Para Moscovici (1976), “reproduzir um conceito numa imagem” (p. 34) é a imagem se converter num elemento da realidade, só ser um elemento do pensamento” (p. 34). Por sua vez, é o processo de reconhecimento de elementos não familiares com base em categorias conhecidas. Trata-se da atribuição de categorias à realidade, porque, ao classificar, “revelamos algo sobre a sociedade e o ser humano” (Moscovici, 1976, p. 34). Embora esteja envolvido na categorização e na inferência cognitiva, esse sistema é diferente do sistema de atitudes sociais. Assim, a ancoragem refere-se às formas concretas como os indivíduos percebem a sociedade e se apropriam dos esquemas de seus grupos (Doise, 1989; Lacerda, Figueiredo, 2002).

A Teoria das Representações Sociais sofreu diversas críticas no nível conceitual (Augé, 1995; Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1996) e metodológico (Leyens & Dardenne, 1996). No entanto, aos aspectos conceituais, deve-se sinalizar

que constrói representações homogêneas (Vala, 2000). Mas dessa maneira pode-se perder de vista os processos sociais complexos, resultantes das interações de consensos e dissensos que subjazem às representações sociais polêmicas. Billig (1988) e Doise (1989) discordam da maneira como se concebe a natureza consensual das representações sociais e insistem em colocar o consenso não no conteúdo das representações, mas nos princípios que dão significado aos aspectos consensuais e divergentes do campo representacional. De fato, o próprio Moscovici (1989) substituiu o conceito de representações coletivas pelo de representações sociais para indicar que os conhecimentos sociais não são nem homogêneos, nem “partilhados enquanto tais por toda a sociedade” (Moscovici, 1988; p. 219) – como eram as representações coletivas nas sociedades primitivas (Durkheim, 1912/1985) –, mas seriam conhecimentos partilhados na heterogeneidade da desigualdade social.

Segundo Camino (1996) e Vala (1996), a Teoria das Representações Sociais pode abordar a constituição complexa e dialética dos conhecimentos sociais se for complementada com a Teoria das Minorias Ativas e com a Teoria da Identidade Social. A Teoria das Minorias Ativas permite entender as dinâmicas cognitivas subjacentes aos processos de consenso e dissenso. Nessa teoria, Moscovici (1979) inverte a dinâmica da comparação social, colocada pelo funcionalismo no centro do consenso, ao afirmar que a percepção é sempre social e que os sujeitos se comparam com outros não porque a realidade seja ambígua, mas porque existe uma norma social de objetividade que estabelece o consenso como critério de verdade. Nas situações de desacordo, a realidade torna-se ambígua, o que gera um conflito cognitivo cuja resolução pode assumir diferentes modalidades: o conformismo, a submissão ou a inovação. Dada a heterogeneidade das sociedades contemporâneas, quais seriam as condições sócio-psicológicas para a aplicação da norma de objetividade? Para Vala (1996), a incerteza sobre a realidade se geraria apenas quando há desacordo com aqueles com quem se espera estar de acordo,

(Moscovici, 1976), Doise (1993) defende que os “princípios organizadores das representações sociais” são as inserções específicas no conjunto de representações que organizam os processos simbólicos e as relações”. Segundo essa abordagem, a natureza das representações sociais deve ser vista no contexto do campo representacional; os princípios organizadores são as diferenças individuais; a ancoragem refere-se aos princípios organizadores. A organização das representações corresponde aos processos de comunicação e aos elementos compartilhados da realidade social (Moscovici & Hewstone, 1983; Augoustinos & Innes, 1990). A percepção que o senso comum tem da realidade social. Na segunda fase do estudo, a variabilidade dos posicionamentos em relação ao conteúdo objetivado, analisamos os princípios organizadores desses posicionamentos no campo representacional. Na terceira fase, a teoria social, identifica-se de que forma as representações que os grupos sociais têm da realidade social (Doise, 1993). Doise (1993) destaca três aspectos da ancoragem: o psicológico, o sociológico e o psicossociológico. A análise psicológica das representações nas atitudes sociais, o sociológico, estuda-se a influência das representações nos grupos sociais sobre as atitudes sociais. O psicossociológico, a ancoragem das representações nos posicionamentos ideológicos.

No seu trabalho sobre representações sociais, Doise (1993) apresenta diferentes técnicas e métodos para analisar três aspectos das representações sociais. Doise (2002) se tem utilizado essas técnicas para analisar as representações sociais da homossexualidade e da diversidade sexual (Doise, 2002) utilizaram-nas na análise das representações sociais. O artigo, a fim de colaborar nos de

1996); o trânsito (Campos & Lagares, 2001); o Brasil (Campos & Rouquette, 2000). Nos últimos anos, os Direitos Humanos também vêm sendo abordados nessa perspectiva (Doise, 1998a). Essa abordagem é apropriada, pois os direitos, independentemente de sua perspectiva (naturalista ou culturalista), apresentam-se na consciência do indivíduo como realidades concretas. “Pensamos no que se refere à existência e à qualidade de nossos direitos que não poderia ser de outra maneira, que sempre foi assim, que sempre será assim. Pensamos neles como coisas muito naturais, decorrentes do que nós mesmos somos” (Camino, 2000, p. 43). Nesse sentido, a objetivação de conceitos, como Direitos Humanos, mostra que esses são representações complexas fundamentais à vida moderna.

As pesquisas realizadas sobre o conteúdo da DUDH (Doise, 1998b; Doise, Clémence & Spini, 1996; Doise, Dell’Ambrogio & Spini, 1991; Doise & Herrera, 1994; Doise, Spini, Jesuino, Ng & Emler, 1994; Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998; Herrera, Lavalée & Doise, 2000; Huguet, Latané & Bourgeois, 1998; Spini & Doise, 1998) mostram que os grupos sociais organizam os artigos da declaração em dois conjuntos de direitos: direitos políticos e direitos econômicos. Esses resultados revelam algumas características fundamentais das representações sociais. Primeiramente, mostram que as representações funcionam como princípios de categorização e de classificação da realidade social. Segundo, elas refletem os debates ideológicos realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) no início da guerra fria e durante a elaboração da DUDH. Enquanto o bloco dos países capitalistas priorizava os direitos políticos individuais, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, insistiam na necessidade de dar prioridade aos direitos sociais, econômicos e coletivos (Palazzo, 2000). Portanto, as representações sobre os Direitos Humanos não são homogêneas e igualmente compartilhadas por todos os membros de uma sociedade. Elas reproduzem, no interior dos países e nos posicionamentos político-ideológicos dos

é bom e o que é ruim, definem as relações, orientam as ações sociais (McClosky, 1964). Isso seria oferecer um conhecimento verdadeiro, mas inserir as pessoas nas atividades sociais (Poulantzas, 1986). É nesse nível que se desvelam os direitos. Contudo, essas crenças não são homogêneas. No interior delas existem atribuições diferentes, o que permite um segundo nível de análise.

O segundo nível situa a ideologia nos conflitos sociais. Esses conflitos gerados são determinados pelos interesses dos setores sociais e pela situação social dos grupos sociais, assim como as utopias desenvolvidas pelos setores sociais (Doise, 1985; Mannheim, 1950). Aqui se incluem ideologias como o marxismo (Lenin, 1978), ideologias políticas, como o fascismo (Doise, 1991), o populismo (Laclau, 1978) e o feminismo e ideologias sociais como o feminismo (Vincent, 1992). A homogeneidade é uma característica desse nível. Assim, por exemplo, há várias formas de populismo, diferentes entre as mulheres e diversos significados atribuídos. Essas diferenças relacionam-se com as experiências concretas e com as bandeiras sociais que se levantam. Essa constatação coloca a análise no terceiro nível de análise da ideologia.

O terceiro nível refere-se às práticas sociais, às normas derivadas dos princípios do socialismo, programas de ação que traduzem o conteúdo de grupos e instituições sociais. Esse nível de “programáticas” situa-se no domínio social. Na política, é representado nos partidos políticos (Doise & cols., 1997). Contudo, a maioria das ações determinadas não por ideologias programáticas, mas por símbolos sociais vinculados aos sistemas de valores dominantes nos grupos de pertença social (Bourdieu, 1989; Geertz, 1978; Sniderman, 1975). Nesse caso, é através dos símbolos partilhados que os programas políticos que se entra no campo da ideologia são definidos. A ideologia é

De Rosa e Gonzalez (1995) em quatro países, os posicionamentos diante das violações dos Direitos Humanos diferenciam-se em função do país e da identificação partidária dos adolescentes. Os estudantes da Costa Rica e da Itália identificaram-se com partidos de direita e apresentaram uma visão liberal dos Direitos Humanos, baseada no controle institucional e moral dos indivíduos. Os franceses e os suíços se identificaram mais com partidos de esquerda, apresentaram uma visão coletiva dos direitos e defenderam a criação de instâncias jurídicas internacionais de aplicação desses direitos. No conjunto, os estudos sobre as representações sociais dos Direitos Humanos mostram o reflexo do posicionamento político dos grupos sociais (Doise, Spini & Clémence, 1999; Staerklé, Clémence & Doise, 1998); a classificação dos direitos em diversos tipos indica um profundo debate ideológico.

Da mesma forma que se tem estudado a representação dos Direitos Humanos e sua relação com a política, interessa analisar como as pessoas representam o compromisso com esses direitos e seus vínculos com a ideologia. Pode-se falar da existência de uma crença amplamente compartilhada de que a responsabilidade da aplicação dos Direitos Humanos deveria ser dos países membros da ONU. De fato, o preâmbulo da DUDH atribui essa responsabilidade aos governos. Por outro lado, o engajamento de indivíduos na defesa desses direitos, através do ingresso em Organizações Não-Governamentais e em movimentos populares, desenvolve o sentimento de responsabilidade pessoal com a aplicação dos direitos. Em reforço a essa possibilidade encontra-se a necessidade do compromisso individual destacada em Viena na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos (*United Nations*, 1993).

Para avaliar esse problema, Spini e Doise (1998) fizeram um estudo sobre princípios organizadores da representação que universitários suíços têm do seu envolvimento e do governo suíço nos Direitos Humanos. Eles constataram que o compromisso com os Direitos Humanos pode ser estruturado em duas dimensões. A

e Doise (1998) mostram que os estudantes consideram que o governo de seu país é mais envolvido com a aplicação dos direitos humanos do que eles próprios. Essa diferença explica-se porque eles atribuem uma responsabilidade mais abstrata, embora, no nível concreto, acreditam que se envolvem tanto quanto o governo.

Para Spini (1997), a distinção entre o Estado e o dos cidadãos é similar à que existe sobre o sentimento de eficácia política (Miller & Miller, 1954). Sabucedo e Camino (1997) identificaram dois tipos de sentimento de eficácia pessoal, traduzida na crença de que o indivíduo para resolver os problemas do sistema, refletida na credibilidade do sistema para resolver esses problemas (Hirschman, 1970). Os dois tipos de sentimentos de eficácia são: ações de protesto (ativismo), marcada pela crença de que podem ser eficazes; e as pessoas com imagem negativa do sistema participam em atividades de protesto. As pessoas com a crença na eficácia do sistema têm uma visão positiva de seus governos (Sabucedo & Camino, 1997; Muller, 1997).

Os quatro tipos de envolvimento (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto) foram estudados por Paraíba num estudo realizado com estudantes de Campina Grande. Diferente dos paraibanos julgaram que o seu país é superior ao do governo brasileiro. Os estudantes, embora considerem o seu país superior ao do governo brasileiro, atribuem a responsabilidade pela aplicação dos direitos humanos tanto do governo quanto deles mesmos.

**Direitos Humanos e Ideologia**

representacional do compromisso com os Direitos Humanos verificada nos estudos realizados na Suíça (Spini & Doise, 1998) e em Campina Grande (Camino & cols., 2002). No que concerne à influência do posicionamento político-ideológico dos estudantes, espera-se verificar uma relação positiva entre o ativismo político e o envolvimento pessoal na luta pelos Direitos Humanos (Spini, 1997; Spini & Doise, 1998). Especificamente, espera-se constatar que quanto maior a participação em atividades oposicionistas, menos positiva será a avaliação do governo no que diz respeito aos Direitos Humanos. Quanto à relação entre simpatia partidária e formas de envolvimento nesses direitos, espera-se que a simpatia por partidos de direita se relacione ao menor compromisso pessoal com os Direitos Humanos e à visão positiva da atuação do governo nesse campo. Em relação à simpatia pelos partidos de esquerda, espera-se verificar resultados similares aos obtidos em outros países, onde a simpatia de esquerda correlaciona-se positivamente com a defesa dos Direitos Humanos (Doise & cols., 1998, 1999; Staerklé & cols., 1998).

Mas o que significa esquerda ou direita no cenário político brasileiro? Esquerda-Direita, dicotomia clássica no campo político, vem sendo empregada desde a revolução francesa para designar o contraste entre ideologias que dividem o universo eminentemente conflitual do pensamento e das ações políticas (Bobbio, 1995). Como não podia deixar de ser, essa dicotomia tem variado de significado e de conteúdo em função do tempo e do contexto social. A Guerra Fria, por exemplo, teve, como consequência política, a polarização de países e de pessoas em dois campos. A simpatia com o Comunismo ou com o Capitalismo definia, naquele momento, as posições de esquerda ou de direita (Hobsbawm, 1995). No que concerne aos Direitos Humanos, os países comunistas, juntos aos países não-alinhados do Terceiro Mundo, priorizavam os direitos sociais, econômicos e coletivos, enquanto o bloco capitalista enfatizava os direitos políticos individuais.

O significado dessa dicotomia tem mudado, embora se

partidos ditos de centro-direita situam que reflete o fato da “direita” ser vista co

Esse viés não impede aos e universitários ou não, relacionarem par visões sistêmicas ou tradicionais da poli esquerda às visões classistas, tal com eleitorado paraibano (Camino, Silva & Sou Torres & Da Costa, 1995). Também se co uma representação da estrutura partidária (Mendoza & Camino, 2000). Assim, o Lima e Camino (1997), por exemplo universitários da Paraíba organizaram os p subgrupos distribuídos em torno de du primeira dimensão, o PT se contrapôs a partidos, principalmente aos do blo classificamos como a Direita Clássica (PR PPB, PL e PRN). Na segunda dimensão, certa afinidade entre o PT e os partidos PCdoB, PSB e PDT). Esses dois blocos dois partidos que constituem o bloco situa Direita (PMDB e PSDB). O PMDB é o p o Estado desde o início dos anos oitenta. duas dimensões representam dois níve confrontos políticos: o nacional e o estadua pensar na distinção entre um nível de confi com o PT se opondo ao PFL, e um ní partidários, com os partidos de esquerda se e ao PSDB, que são situacionistas na Par complexidade da representação da estru estudantes paraibanos, espera-se que a rela partidária e envolvimento nos Direitos H corrobore pesquisas realizadas em outros p Spini & Doise, 1998), seja mais complex esquerda-direita.

## Método

### Participantes

fazer muito para a aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro investe de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “Eu me empenho suficientemente na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro deveria fazer muito para aplicação desses direitos”; “Eu poderia me responsabilizar na aplicação desses direitos”; “O governo brasileiro empenha-se suficientemente na aplicação desses direitos”; “Eu invisto de uma maneira concreta para fazer aplicar esses direitos”; “O governo brasileiro poderia se responsabilizar na aplicação desses direitos”. Os estudantes indicaram, numa escala Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), o seu grau de concordância com as afirmações. Os parâmetros psicométricos dessa escala estão apresentados na seção dos resultados.

A participação política dos estudantes foi avaliada através do Questionário de Ativismo Político utilizado na Paraíba por Lima (1997), o qual tinha mostrado possuir coeficientes de validade e fidedignidade bastante elevados. Esse questionário é composto por dez atividades típicas das lutas estudantis (Tabela 3). Os estudantes indicaram o seu grau de participação em cada uma destas atividades numa escala variando de 1 (nunca participou) a 5 (participa muito). Finalmente, solicitou-se que os estudantes indicassem o partido político de sua simpatia.

## Procedimentos

Os questionários foram distribuídos para os pesquisadores em salas de aulas por meio de sorteio. Os estudantes responderam individualmente, em situação anônima, durante o tempo que variou de 15 a 20 minutos. Não houve recusas por parte dos estudantes para responder os questionários.

## Resultados

Para avaliar a estrutura da representação social do envolvimento nos Direitos Humanos, seguindo a abordagem proposta por Nunnally (1993), uma Análise dos Componentes foi realizada de concordância desses estudantes com as afirmações contidas na escala de Envolvimento em Direitos Humanos. Os resultados mostraram a existência de quatro fatores que explicam a variância do primeiro fator, explicando 20% da variância total. O segundo fator reúne os itens do envolvimento pessoal concreto e explica 19% da variância total. O terceiro fator refere ao envolvimento pessoal abstrato e explica 18% da variância total. O quarto fator refere ao envolvimento governamental e explica 17% da variância total.

Tabela 1

*Cargas fatoriais, Eigenvalues, Variância Explicada e Fidedignidade das Escalas Utilizadas na Análise de Componentes dos Tipos de Envolvimento em Direitos Humanos*

Itens abreviados da escala	Tipos de envolvimento em direitos humanos		
	Pessoal concreto	Governamental concreto	Pessoal abstrato
Eu me empenho suficientemente na ...	0,90		
Eu invisto de maneira concreta para ...	0,89		
O governo brasileiro empenha-se ...		0,87	
O governo brasileiro investe ...		0,86	

variabilidade. O quarto fator, explicando 16% da variância, organiza os itens referentes ao envolvimento governamental-abstrato. Os coeficientes de fidedignidade das escalas variam de 0,81 a 0,60 ( $m=0,7$ ), o que permite a construção de quatro indicadores do posicionamento dos estudantes em relação aos quatro tipos de envolvimento nos Direitos Humanos.

Após a obtenção desses indicadores, aplicou-se uma Análise de Variância com medidas repetidas (Tabela 2) para testar a combinação entre a quem é atribuída a responsabilidade pela aplicação dos Direitos Humanos (ao cidadão ou ao governo) e em que nível é feita a atribuição (abstrato ou concreto). Os resultados mostram que todos os efeitos principais são significativos, pois os estudantes consideram que seu próprio envolvimento ( $m=3,3$ ) é superior ao do governo brasileiro ( $m=3$ ) [ $F(1/398)=29,60$ ;  $p<0,001$ ]

e que o nível de envolvimento abstrato é superior ao do concreto ( $m=2,3$ ) [ $F(1/398)=325,40$ ;  $p<0,001$ ], pois, se no nível abstrato os estudantes se percebem mais envolvidos com o governo brasileiro ( $m=1,7$ ), no nível concreto eles próprios ( $m=3,8$ ).

Os resultados de uma análise fatorial confirmam o Método dos Eixos Principais para extrair os fatores. Aos escores da atividade política dos estudantes (Tabela 3) a existência de apenas um fator explica a variabilidade da participação nas atividades políticas que compõem a escala. Além disso, a fidedignidade da escala mostra-se satisfatória ( $\alpha=0,86$ ), permitindo a utilização de um indicador de ativismo político dos estudantes.

Tabela 2

*Escores Médios do Posicionamento dos Estudantes em Relação ao Envolvimento, seu e do Governo Brasileiro, no Cumprimento dos Direitos Humanos*

Tipos de envolvimento	Níveis de envolvimento		Total
	Concreto	Abstrato	
Pessoal	2,9 <sub>c</sub>	3,8 <sub>b</sub>	3,3 <sub>a</sub>
Governamental	1,7 <sub>d</sub>	4,4 <sub>a</sub>	3,0 <sub>b</sub>
Total	2,3 <sub>b</sub>	4,1 <sub>a</sub>	3,1

*Nota.* Dentro de cada seção de linhas ou de colunas, as médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas no teste de *Scheffé* a  $p<0,05$ . A escala varia de 1 (menor envolvimento) a 5 (envolvimento mais elevado).

Tabela 3

*Cargas Fatoriais, Eigenvalue, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Ativismo Sócio-político*

Escala de ativismo sócio-político	Cargas
Manifestações contra o desemprego	0,86
Campanhas de apoio aos movimentos populares	0,86

## Discus

	Tipos de envolvimento nos direitos humanos		
	Pessoal		
	Abstrato	Concreto	Abstrato

representações sociais (Doise & cols., 1993) permitiria analisar as representações complexas e polêmicas do envolvimento com os Direitos Humanos. Essa abordagem apresenta técnicas estatísticas apropriadas ao estudo dos diferentes aspectos das representações. Neste trabalho, utilizaram-se algumas dessas indicações na análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos e da ancoragem social desses princípios. Através de um questionário contendo escalas sobre esses direitos, sobre participação política e sobre simpatia partidária, procurou-se abordar, de maneira objetiva, a estrutura dos elementos significativos de uma representação compartilhada por um grupo e a diversidade de interpretações decorrentes de diferentes posições ideológicas.

Quanto ao primeiro objetivo – a análise dos princípios organizadores do envolvimento com os Direitos Humanos –, os resultados mostram a existência de duas dimensões que organizam as possibilidades desse envolvimento: uma constituída pelo *locus* da responsabilidade (o indivíduo ou o governo) e outra formada pelos diferentes níveis do envolvimento (o que deveria ser *versus* o que realmente é feito). No interior dessas dimensões, distinguem-se quatro repertórios representacionais do envolvimento com os Direitos Humanos: governamental-abstrato; governamental-concreto; pessoal-abstrato; pessoal-concreto. Essa estrutura também foi identificada na Suíça por Spini e Doise (1998) e no Brasil por Camino e colaboradores (2002). A diversidade de opiniões sobre esse tema, que pode facilmente ser constatada, provém das diferentes formas que as pessoas têm de se posicionar nessas dimensões subjacentes, que parecem ser universais (Spini, 1997).

Os estudantes deste estudo, considerados como um grupo relativamente homogêneo, embora atribuam ao governo brasileiro, no nível abstrato, um maior grau de responsabilidade na aplicação dos Direitos Humanos, consideram-se, no nível concreto, mais envolvidos que o governo. Essa forma de representar o compromisso com os Direitos Humanos corrobora a obtida por Camino e colaboradores (2002).

concreto, tal como descrito por eles, é elevado. Os dados indicam apenas que os estudantes sobre seu compromisso efetivo com Humanos é superior ao compromisso que o governo brasileiro tem. Isto não implica em que os estudantes nesses direitos, mas sim que o governo brasileiro faz muito pouco. De fato, eles anulam a atuação do governo brasileiro nessa escala de cinco pontos eles atribuem ao governo um médio de 1,7. Ao mesmo tempo, sua autoavaliação de que o seu envolvimento concreto situa-se em 4,2 ( $m=2,9$ ), corroborando, assim, observações anteriores que mostram a população brasileira pouco preocupada com a problemática que envolve os Direitos Humanos (Lima, 1995).

A comparação entre os resultados dos estudos (Spini & Doise, 1998), os verificados nos estudos (Camino & cols., 2002) e os das diferenças importantes nas representações suíças e paraibanos têm do envolvimento Humanos. Nos estudos realizados na Suíça consideram, de um modo geral, que o governo é quem mais se envolve com os Direitos Humanos. Nos resultados verificados na Paraíba, consideram que o seu comprometimento com o governo brasileiro, que quase nada faz pelos direitos. Pode-se supor, como primeira diferença, que os estudantes paraibanos avaliam negativamente o governo brasileiro e não possuem uma imagem mais positiva do país. De fato, fontes históricas e análises sociais (1977; Sanfelice, 1986; Santos, 1980) mostram a identidade do movimento estudantil constituído, ao longo das últimas décadas, aos governos que se instalaram no Brasil. O movimento estudantil se expressa, sobretudo, organizando-se em contrárias às plataformas de governo implantadas pelo Executivo. Essa característica nacional também é observada em outros países da América Latina.

à realidade, uma vez que a Anistia Internacional, por exemplo, denuncia sistematicamente países do Primeiro Mundo, como os EUA (pela pena de morte), Inglaterra e Espanha (pela tortura de prisioneiros separatistas). Por outro lado, pouco se debate o respeito pelos Direitos Humanos nas relações internacionais, sobretudo quanto ao comércio exterior. Mesmo assim, a dimensão Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo regula uma série de relações sociais tanto entre nações quanto no interior delas (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001). Aliás, esse tipo de orientação ideológica poderia também estar influenciando teorias como as de Hofstede (1980) e de Inglehart (1991), que sugerem que as assimetrias econômicas e políticas entre os dois mundos poderiam ser explicadas ou justificadas a partir do desenvolvimento diferencial, entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, de valores culturais relacionados à democracia e aos Direitos Humanos.

Fica difícil saber qual das duas hipóteses levantadas explicaria melhor a diferença entre as duas culturas. Dado o fato dessas reflexões se fazerem comparando pesquisas realizadas tanto em populações diferentes quanto em estudos independentes, elas não poderiam ser conclusivas, mas apenas apresentar algumas idéias em forma de hipóteses. De fato, apenas estudos transculturais permitirão avaliar, no nível internacional, o papel das crenças ideológicas nas representações dos Direitos Humanos. Portanto, no que concerne ao primeiro objetivo, pode-se concluir que este estudo constata realmente que existem princípios organizadores das representações do envolvimento com os Direitos Humanos. Mas, como foi mostrado anteriormente, a existência de princípios comuns não implica homogeneidade de opiniões, mas a articulação da diversidade de posições individuais em torno de algumas dimensões. Resta saber como se desenvolvem essas diferenças individuais.

Foi pressuposto, no segundo objetivo, que um fator de diferenças individuais na representação do envolvimento com os Direitos Humanos seria a diversidade de

como fator decisivo das atitudes. Os resultados mostram que a percepção de injustiça social e a percepção de eficiência política (Camino, 1999) mostram que o ativismo político está relacionado com o envolvimento pessoal (concreto) com os Direitos Humanos. Quanto ao sentimento de indignação, em atividades oposicionistas, mais elevado é o sentimento de indignação e mais elevado é o sentimento de indignação. Os estudantes têm com a aplicação

Os resultados da relação entre o envolvimento com os Direitos Humanos e a simpatia pelo PT está associada à atuação do governo brasileiro. Os estudantes do PFL e do PMDB se relacionam com a atuação do governo, embora de maneira diferente para cada partido. Os estudantes do PFL tendem a discordar de qualquer intervenção nos direitos, os simpatizantes com o PT que o governo está aplicando com os Direitos Humanos. Essa distinção entre o PFL e o PT é a visão descrita anteriormente em relação aos estudantes paraibanos. Naturalmente, o PFL, símbolo do liberalismo, e o PT, símbolo do Estado nenhum papel regulador. O PMDB, governo na Paraíba, não tem seu papel regulador. Apesar das diferenças partidárias brasileiras, os resultados das diversas pesquisas realizadas em relação à simpatia partidária na representação do envolvimento com os Direitos Humanos (L

No que concerne ao conjunto dos resultados verificados evidenciam a influência da ideologia na representação do envolvimento com os Direitos Humanos. Conta o papel da ideologia neoconservadora nas relações sociais (Billig, 1991), para as avaliações sobre o compromisso com os Direitos Humanos. O apoio praticamente

um lado, o mundo moderno apela cada vez mais à razão e à solidariedade, por outro lado, submete-se irracionalmente às não bem explicitadas leis de mercado. De fato, hoje o mercado constitui a nova e temível divindade do mundo, mercado que não só está livre do compromisso com os Direitos Humanos, mas qualquer ataque a esse mercado parece ser um ataque aos Direitos Humanos.

Realmente, os significados mais gerais da vida social concretizam-se nas ideologias das instituições. É neste sentido que a simpatia pelos partidos de esquerda se relaciona com um maior compromisso com os Direitos Humanos, pois são esses direitos que, bem ou mal, representam uma visão crítica das idéias liberais dominantes. O fato de a análise empírica realizada mostrar que um dos princípios subjacentes ao compromisso com os direitos seja precisamente o *locus* dessa responsabilidade, o Estado ou o cidadão, coloca em evidência o núcleo da problemática social. Mas a existência da dicotomia não implica necessidade de se optar por um de seus termos. O debate não se resolve nem pela opção maniqueísta, típica da esquerda, de colocar toda a responsabilidade dos Direitos Humanos no Estado, nem pela opção psychologizante da direita ao colocar o sucesso na vida social nas intenções individuais. A constatação da existência desse paradoxo na compreensão do envolvimento nos Direitos Humanos leva à análise da ideologia que, pela sua própria natureza, é paradoxal. De fato, a ideologia, considerada como um sistema de crenças integradas, explica os acontecimentos históricos e definem o que é bom e o que é ruim. Mas os significados das inserções sociais são construídos pelas próprias pessoas nas relações do cotidiano. As pessoas são tanto portadoras quanto criadoras de significados ideológicos dominantes. Para Billig (1991), o paradoxo da ideologia seria uma variante do paradoxo da linguagem, pois quem fala é, simultaneamente, amo e servo da linguagem. Não se deve estranhar, portanto, que a noção de Direitos Humanos, fundamental na construção do que se entende por natureza humana, seja paradoxal (Camino, 2000).

um grupo. Assim, este trabalho espelha a compreensão das representações do cotidiano em Direitos Humanos e com o debate sobre a importância do estudo dessas representações.

## Referências

- Abric, J. (1994). L'organisation interne des représentations sociales: central et système périphérique. Em C. Guimard & J. Abric (Orgs.), *Transformations des représentations sociales* (pp. 73-84). Paris: L'Harmattan.
- Abric, J. & Campos, P. (1996). Les éducateurs et l'éducation de l'enfant de rue au Brésil. Em J. Abric (Org.), *Représentations sociales et prévention* (pp. 137-149). Saint-Agne: Erès.
- Arruda, A. (1993). Ecologia e desenvolvimento: Impactos ambientais de especialistas em formação. Em M. J. Spink & A. Arruda (Orgs.), *As representações sociais na perspectiva da psicologia* (pp. 265). São Paulo: Brasiliense.
- Augoustinos, M. & Innes, J. M. (1990). Towards a theory of social representations and social schema theory. *British Journal of Psychology*, 29, 213-231.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social cognition: The representation of the social world*. London: Sage.
- Bakhtin, M. (1981). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Brasiliense.
- Billig, M. (1982). *Ideology and social psychology*. New York: Free Press.
- Billig, M. (1988). Social representation. Objectivity and rhetorical analysis. *Social Behavior*, 3, 1-16.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical representation*. Sage.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: Razões e significados*. São Paulo: Unesp.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Camino, C., Camino, L., Pereira, C. & Paz, M. (2002). *Inserção social*. (Manuscrito não-publicado)
- Camino, L. (1990). Ações coletivas e movimentos sociais. *Caderno de Textos*, 1, 1-23.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 1-16.
- Camino, L. (2000). Direitos humanos e psicologia. Em L. Camino (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos*. São Paulo: CP.
- Camino, L., Lima, M. & Torres, A. (1997). Ideologia e comportamento dos estudantes universitários. Em L. Camino, L. Lima & A. Torres (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e prática*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Camino, L., Silva, E. A. & Souza, S. M. (1998). Psicologia e comportamento eleitoral: Estudo dos eleitores de João Pessoa. *Revista de Psicologia*, 12, 1-16.

- Cardia, N. (1995). Direitos humanos e exclusão moral. *Revista Sociedade e Estado*, 2, 343-389.
- Castro, R. V. (1993). Representações sociais da prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Em M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 149-187). São Paulo: Brasiliense.
- Clémence, A., Doise, W., De Rosa, A. S. & Gonzalez, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'homme: Une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30, 181-212.
- Da Costa, J. B., Torres, A. R., Burity, M. H. & Camino, L. (1994). Universidade: Espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas de Psicologia*, 1, 17-36.
- Datafolha (1995, 20 de março). Pesquisas de opinião. *Folha de São Paulo*, 75, 2-3.
- Diaz-Veizades, J., Widaman, K. F., Little, T. D. & Gibbs, K. W. (1995). The measurement and structure of human rights attitudes. *Journal of Social Psychology*, 135, 313-328.
- Doise, W. (1989). Atitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. Em R. Ghiglione, C. Bonnet & J. F. Richard (Orgs.), *Traité de psychologie cognitive 3: Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 198-195.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1998a). Social psychology and human rights. *European Review*, 6, 349-355.
- Doise, W. (1998b). Conflictual dynamics and values in social representations of human rights. Em J. L. Alves (Org.), *Ética e o futuro da democracia* (pp. 485-496). Lisboa: Colibri.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W., Clémence, A. & Spini, D. (1996). Human rights and social psychology. *The British Society of Social Psychology*, 35, 3-21.
- Doise, W., Dell'Ambrogio, P. & Spini, D. (1991). Psychologie sociale et Droit de l'Homme. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 257-277.
- Doise, W. & Herrera, M. (1994). Déclaration universelle et représentations sociales des droits de l'homme: Une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 87-107.
- Doise, W., Spini, D. & Clémence, A. (1999). Human rights studied as social representations in a cross-national contest. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1-29.
- Doise, W., Spini, D., Jesuino, J. C., Ng, S. H. & Emler, N. (1994). Values and perceived conflicts in the social representations of human rights: Feasibility of a cross-national study. *Swiss Journal of Psychology*, 53, 240-251.
- Doise, W., Staerklé, C., Clémence, A. & Savory, F. (1998). Human rights and genevan youth: A developmental study of social representations. *The Swiss Journal of Psychology*, 57, 86-100.
- Gouveia, R., França, D., Da Costa, J. & Camino, L. (1994). Ideologias políticas no comportamento dos eleitores. Em L. Camino, L. Lhullier & S. Sandoval (Orgs.), *Política: Teoria e pesquisa* (pp. 107-125). Foz de Iguaçu: FAPESP.
- Guareschi, N. M. F. (1993). A criança e a representação da infância: A negação da infância e a afirmação da infância. Em W. Doise & A. Clémence (Orgs.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social* (pp. 212-233). São Paulo: Brasiliense.
- Halman, L. & Moor, R. (1994). Individuo e cultura. Em J. D. Halman & R. Moor (Orgs.), *Europa y Norteamérica. Em J. D. Halman & R. Moor (Orgs.), Tendencias mundiales de cambio en los valores* (pp. 1-10). Madrid: Fundesco.
- Herrera, M., Lavalée, M. & Doise, W. (2000). The social representational analysis of the 1995 Quebec sovereignty campaign. *Journal of Social Psychology*, 140, 3, 25-40.
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofstede, G. (1980). *Cultures consequences*. New York: Random House.
- Huguet, P., Latané, B. & Bourgeois, M. (1993). The representation of human rights: Empirical evidence for the convergence hypothesis. *Journal of Social Psychology*, 28, 831-840.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural y la modernización*. Madrid: Siglo 21.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and remarks on the concept of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-10.
- Jodelet, D. (1989). *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1993). La representación social de los derechos humanos. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología Social* (pp. 1-10). Paidós.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1985). *Public opinion and attitude change*. New York: Random House.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2000). A representação social dos homossexuais na perspectiva da psicologia. *Reflexão e Crítica*, 15, 165-175.
- Laclau, E. (1978). *Política e ideologia na teoria de Gramsci*. Rio de Janeiro: Terracota.
- Lenin, V. I. (1980). *O Estado e a revolução*. São Paulo: Brasiliense.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). The social cognitions. Em M. Hewstone & J. P. Leyens (Orgs.), *Introduction to social psychology* (pp. 1-10). Oxford: Blackwell.
- Likert, R. (1970). A technique for the measurement of attitudes. Em R. M. L. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 1-10). New York: Wiley.
- Lima, M. E. (1997). *Valores, participação política e autoritarismo: Uma análise da socialização política em jovens universitários*. Dissertação de Mestrado não-publicada.

- Moore, B. (1978). *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em R. Farr & S. Moscovici (Orgs.), *Social representations* (pp. 3–69). Cambridge: Cambridge University.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–250.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales: Éléments pour une histoire. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 62–86). Paris: PUF.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1993). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org.), *Psicologia social* (Vol. 2, pp. 679–710). Barcelona: Paidós.
- Muller, E. N. (1980). The psychology of political protest and violence. Em T. R. Gurr (Org.), *Handbook of political and violence* (pp. 69–99). New York: Free Press.
- Palazzo, L. O. (2000). A evolução dos direitos humanos e suas novas dimensões. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 23–39). São Paulo: CP.
- Pereira C., Lima, M. E. & Camino, L. (1997). A prática política: Uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. Em M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados* (Vol. 3, pp. 199–235). João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Torres, A. R. & Almeida, S. T. (2002). *O preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial*. (Manuscrito não-publicado)
- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, 3–17.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81–90.
- Poulantzas, M. (1986). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reeve, A. (1991). The theory of property: Beyond private versus common. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 122–141). California: Stanford University.
- Sabucedo, J. & Cramer, M. (1991). Sociological and psychological predictors of voting in Britain. *Journal of Social Psychology*, 13, 648–654.
- Sanfelice, J. (1986). *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez.
- Santos, N. (1980). *História da UNE: Depoimento de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento.
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- Sniderman, P. & Tetlock, P. (1986). Interrelationship of social identity and public opinion. Em M. Hermann (Org.), *Handbook of social identity theory* (pp. 62–96). San Francisco: Jossey-Bass.
- Souza, L. (1996). O linchamento sob uma perspectiva da identidade social e representação de justiça. Em M. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da psicologia: Aspectos metodológicos* (pp. 47–69). Vitória: ANPEPP.
- Souza, L., Rosa, L., Effgen, H., Paiva, A., Toniato, T. & Almeida, S. T. (2002). Direitos humanos e representação de justiça. *Psicologia*, 11, 497–510.
- Spini, D. (1997). *Valores et représentations sociales des droits humains: une approche structurale*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade de Genebra, CH.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of human rights and their social anchoring in value systems. *Journal of Social Psychology*, 28, 603–622.
- Staerklé, C., Clémence, A. & Doise, W. (1998). Representations of rights across different national contexts: The role of social identity in non-democratic populations and governments. *Social Psychology*, 28, 207–226.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Alameda.
- United Nations (1993). *World conference on human rights: Declaration and programme of action*. New York: United Nations.
- United States Department of Labor (1992). *Trends in the wage and inequality, 1967–1988*. *Monthly Labor Review*, 115, 3–17.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quotidiano: Algumas metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *Do outro e a construção da realidade social: Uma análise da psicologia social* (pp. 121–159). João Pessoa: Editora Universidade.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social no quotidiano. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Representações sociais e psicologia social* (pp. 457–502). Lisboa: FCG.
- Vincent, A. (1992). *Modern political ideologies*. Oxford: Blackwell.